

Resenha

Covid nas Prisões: Apontamentos Concretos da Pandemia nos Estabelecimentos Prisionais

Lara Botelho Crochi*

LEAL, Jackson Silva ...[et al.]. **Covid nas prisões**: apontamentos concretos da pandemia nos estabelecimentos prisionais. Belo Horizonte, MG: Casa do Direito, 2022.

No dia 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma pandemia. Em outras palavras, a doença havia se espalhado para diversas regiões do mundo. Recentemente, no dia 05 de maio de 2023, a OMS anunciou que a COVID-19 deixou de ser classificada como emergência de saúde pública de interesse internacional. Isso indica um fim simbólico, porém não significa que devemos deixar de analisar e refletir sobre este período nebuloso e que gerou graves consequências, especialmente no Brasil, um dos países mais afetados pela doença.

O livro "COVID nas prisões: apontamentos concretos da pandemia nos estabelecimentos prisionais" foi escrito como resultado dos esforços dos membros do Grupo Andradiano de Criminologia da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Publicada em 2022, a obra é um recorte histórico sobre a COVID-19 nas prisões. Os autores utilizam as experiências no estado de Santa Catarina, onde o grupo está situado, para refletir criticamente sobre a situação no estado e em todo o país.

O livro conta com o prefácio de Luiz Antônio Bogo Chies, intitulado "Na torrente da insensatez, a perversidade da doxa da morte". Esse prefácio ajuda a preparar o leitor desavisado para a enxurrada de informações, dados e denúncias que aparecem em todos os capítulos escritos. Visto que a pandemia agravou um sistema que, desde sua concepção, estava fadado ao fracasso.

A partir da leitura da introdução geral, é possível compreender o contexto em que a obra foi escrita e publicada, ou seja, durante a pandemia, quando grande parte da população viu seu modo de vida ser reestruturado, afetando também o ambiente acadêmico. Nesse sentido, os autores compartilham com o leitor a necessidade que o grupo viu de se reorganizar e se adaptar à rotina virtual. Além disso, fica evidente, a partir da leitura da introdução, que os acadêmicos vislumbraram a necessidade de refletir criticamente sobre como a pandemia da COVID-19 afetou não apenas as pessoas privadas de liberdade, mas todos aqueles que são conectados por esse sistema cruel, como familiares, profissionais que frequentam a realidade carcerária e movimentos sociais.

O livro é dividido em seis capítulos, nos quais as principais noções desenvolvidas pelos autores serão abordadas nos próximos parágrafos. Cabe destacar que, apesar de cada capítulo ter objetivos específicos, todos possuem os mesmos objetivos gerais norteadores: informar, apresentar dados e denunciar. Esses objetivos são embasados por autores críticos e em atenção às questões penitenciárias, como coloca CHIES:

O reconhecimento de que a compreensão da questão penitenciária não pode estar restrita às ilusórias fronteiras do que se costuma chamar de sistema prisional – ambientes de sequestro punitivo em si e rede de instituições e órgãos de caráter público que atuam na gestão e controle da execução penal do encarceramento – não é novidade no campo. Mesmo nos níveis que se podem considerar focados nas instituições formais, é significativa a percepção de que este sistema prisional (ou uma imagem dele) é elemento de uma configuração mais ampla – o Sistema Penal, ou de Justiça Criminal – da qual participam instâncias legislativas, policiais e judiciárias, e à qual se deve agregar toda uma complexidade referente aos setores político-estatais de governabilidade, sobretudo os especializados em áreas de justiça e segurança pública. (CHIES, 2014, p. 38-9).

Em outras palavras, ao estarem atentos às questões penitenciárias, os autores compreendem a complexidade do campo de pesquisa sobre o qual se debruçaram, valendo-se de referenciais teóricos críticos para fazer as contribuições e aprofundamentos na temática.

Assim, no primeiro capítulo, intitulado "O tratamento dispensado às famílias de detentos na pandemia do covid-19: um estudo pela ótica da economia política da pena", somos apresentados ao contexto geral da pandemia na qual todos estivemos inseridos. O capítulo aborda aspectos socioeconômicos e políticos no Brasil. Os autores destacam pertinentemente que o vírus não atingiu a toda a população de forma democrática, evidenciando, a partir dos dados apresentados, que as classes mais pobres foram as mais afetadas e tiveram mais mortes. Além disso, o livro expõe que a pandemia no país foi fortemente agravada pelo desgoverno do então presidente da república, Jair Bolsonaro.

Nesse ponto, os autores utilizam Angela Davis e outras autoras como referencial teórico para abordar as perspectivas familiares e a luta feminista em relação ao encarceramento. Eles explicam que o princípio da pessoalidade da pena não é observado, uma vez que quando uma pessoa é encarcerada, toda a família e comunidade são condenadas junto. Por fim, denunciam a dificuldade imposta ao acesso de auxílio emergencial durante a pandemia pelas famílias que tinham parentes em reclusão, excluindo ainda mais uma parcela extremamente vulnerável da população. Nas palavras dos autores, isso representa "a consolidação de uma governança neoliberal promovida em território brasileiro" (p. 33).

No segundo capítulo, intitulado "O utilitarismo humanista e as interdições dos estabelecimentos penais: o caso de Santa Catarina", os autores, a partir de referências teóricas críticas como Dario Melossi, Massimo Pavarini, Eugenio Raúl Zaffaroni, entre outros, demonstram que as medidas paliativas, como a interdição dos estabelecimentos penais no caso do estado de Santa Catarina, olham apenas para o micro, sem refletir criticamente sobre o macro. Segundo eles, a burocracia que absorve todo o sistema faz com que ninguém seja verdadeiramente responsável pelo "problema", tornando as medidas mitigadoras adotadas insuficientes e desconsiderando uma perspectiva de redução de danos. Isso ocorre porque os atores envolvidos

estão, na maioria das vezes, desconexos com as questões penitenciárias e a complexidade do campo.

O terceiro capítulo, intitulado "Considerações sobre os impactos do vírus nos servidores do sistema prisional catarinense", apresenta a noção de que não apenas as pessoas privadas de liberdade são afetadas pelo sistema. Ele demonstra, por meio de dados, que os profissionais que trabalham intramuros também sofrem com os efeitos do cárcere, ocorrendo uma mudança de comportamento denominada "prisionalização". Fica evidente tal ponto quando os autores comparam os números de infectados e mortos entre as pessoas privadas de liberdade e os servidores do sistema prisional. Com base nas reflexões de autores críticos como Goffman, Foucault, Zaffaroni, Melossi, entre outros, os acadêmicos argumentam que o "cárcere é um depósito de esquecidos" e que esses esquecidos abrangem todos que se relacionam com o cárcere, não apenas os privados de liberdade. Além disso, em relação à pandemia, os autores revelam a sobrecarga de trabalho e o medo constante enfrentados por esses profissionais já tão sofridos.

No quarto capítulo, intitulado "A prisão que mata através e para além da pandemia: fazer viver deixar morrer - prisão, morte e pandemia", os autores buscam refletir sobre os números da pandemia, destacando que os dados oficiais disponibilizados não retratam a realidade devido às condições de coleta e metodologia, revelando disparidades nos sites governamentais. Além de demonstrar o elevado número de mortes no sistema durante a pandemia de covid-19, sendo o ano de 2021 o mais crítico, os autores também problematizam esses dados. Eles levantam a questão da subnotificação e relembram iniciativas importantes para o campo, como o "info-virus: prisões e pandemia", resultado dos esforços de pesquisadores e coletivos. Além disso, em relação às mortes, os autores apresentam que as pessoas que morrem no sistema prisional são majoritariamente negras e pobres, sendo o sistema prisional uma reprodução das desigualdades presentes fora dos muros das prisões.

No quinto e penúltimo capítulo, intitulado "A prisão como projeto de expansão econômica: visitas virtuais e o surgimento de um novo ativo econômico", os autores, a partir da economia política da pena e de uma análise materialista, apontam que as prisões são a forma de regulação do capitalismo, e a realidade prisional está em constante transformação, o que também foi percebido durante a pandemia de covid-19. Eles argumentam que, valendo-se do ideal ressocializador, que sabemos que nunca será atingido, o sistema econômico aproveita para explorar a mão de obra dos presos, especialmente no estado de Santa Catarina. As pessoas privadas de liberdade, por exemplo, têm acesso raro aos seus pecúlios e não são submetidas às regras da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Em razão da restrição de comunicação com os familiares devido à pandemia, surge um novo ativo econômico devido à necessidade de equipamentos para videochamadas.

O último capítulo, intitulado "Prevenção ou segregação? Covid-19 e a população carcerária em Santa Catarina", os autores denunciam medidas tomadas pelo Estado que dificultaram ainda mais a comunicação com a realidade prisional, utilizando justificativas como prevenção e segurança. As visitas, as entregas de sacolas e as conversas com advogados foram suspensas. Os autores lembram que "o grande encarceramento segue causando efeitos nefastos na vida de quem tem ligação com a prisão, estendendo-se também aos familiares" (p. 123). Devido à pouca divulgação e falta de dados concretos sobre a pandemia em relação ao sistema prisional, acredita-se que o número de contaminados foi muito maior do que o informado, uma vez que não houve uma testagem em massa. Além disso, os autores destacam a luta fundamental dos coletivos de familiares de pessoas presas, essenciais durante a pandemia, seja por exercerem pressão política, seja por denunciarem as atrocidades que ocorreram dentro do sistema penal.

Nesse sentido, trata-se de uma obra fundamental por retratar o momento recente e pelo esforço dos acadêmicos em um contexto tão difícil em diversos aspectos, mas especialmente para a educação e pesquisa no país.

Logo, considerando que as pesquisas foram realizadas em meio a um ambiente adverso e com base nos dados acessíveis, o trabalho é louvável.

Evidentemente, por abordarem temas tão complexos e específicos, entendemos que os artigos não têm a intenção de esgotá-los por si só, mas sim iniciar discussões essenciais para torná-los mais abrangentes. A questão penitenciária não afeta apenas seus atores mais conhecidos, mas toda a população. Portanto, é cada vez mais necessário introduzir o pensamento abolicionista para toda a sociedade.

*** Lara Botelho Crochi** é Advogada. Graduada em Direito pela Universidade Católica de Pelotas (UCPEL). Pós-graduanda em Direito da Execução Penal pela Faculdade CERS. Mestranda em Política Social e Direitos Humanos pela Universidade Católica de Pelotas. Pesquisadora do Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Estudos Criminais-Penitenciários da Universidade Católica de Pelotas.
Contato: larabotelhocrochi@gmail.com

Artigo recebido em: 08/06/2023

Aprovado em: 28/06/2023

Como citar este texto: CROCHI, Lara Botelho. Covid nas prisões: apontamentos concretos da pandemia nos estabelecimentos prisionais. **Perspectivas Sociais**, Pelotas, vol. 09, n° 02, p. 167-172, 2023.

Referências bibliográficas

CHIES, Luis Antônio Bogo, **Questão Penitenciária: obstáculos epistemológicos e complexidade**, REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO, Curitiba, v.35, n.º 126, jan./jun. 2014. p.29-47.

LEAL, Jackson Silva ...[et al.]. **Covid nas prisões: apontamentos concretos da pandemia nos estabelecimento prisionais**. Belo Horizonte, MG: Casa do Direito, 2022.